



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Procurador do Ministério Público Especial de Contas**  
junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

# PROVA OBJETIVA

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PROVA OBJETIVA****Direito Constitucional**

1. Considera-se de eficácia plena e aplicabilidade imediata a norma constitucional que assegura
  - (A) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias.
  - (B) direito de greve aos ocupantes de cargos, empregos e funções da Administração direta e indireta.
  - (C) gratuidade aos atos necessários ao exercício da cidadania.
  - (D) promoção da defesa do consumidor pelo Estado.
  - (E) direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

---

2. Relativamente à adoção de súmulas vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal, depreende-se da Constituição e da legislação pertinente que
  - (A) os legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante são os mesmos que podem propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
  - (B) a súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas poderá ter seus efeitos fixados a partir de outro momento pelo mesmo *quorum* exigido para a modulação de efeitos de decisões em que haja declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, em sede de controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (C) a edição de súmula vinculante pressupõe a existência de controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública, que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica, mesma exigência que se faz em relação à propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
  - (D) a proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.
  - (E) a reclamação ao Supremo Tribunal Federal, em face da decisão judicial que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente, somente é cabível após o esgotamento das vias recursais existentes.

**Atenção:** Para responder às questões de números 3 e 4, considere o seguinte relato:

Em sessão plenária de 15 de junho de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 187, para dar ao artigo 287 do Código Penal interpretação *de forma a excluir qualquer exegese que possa ensejar a criminalização da defesa da legalização das drogas, ou de qualquer substância entorpecente específica, inclusive através de manifestações e eventos públicos*, tudo nos termos do voto do Relator, Ministro Celso de Mello. O referido dispositivo do Código Penal tipifica como um dos crimes contra a paz pública o ato de *fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime*.

Encontrava-se impedido para julgamento um dos Ministros do STF e ausentes, justificadamente, outros dois. Todos os demais Ministros estavam presentes à sessão, da qual participaram, ainda, com direito a sustentação oral, representantes do Ministério Público Federal e de duas entidades admitidas como *amici curiae*.

Em 27 de junho, a parte dispositiva da decisão de julgamento foi publicada no Diário da Justiça e no Diário Oficial da União, tendo sido, na sequência, expedido Ofício à Presidência da República, comunicando o resultado do julgamento e determinando o cumprimento da decisão, nos termos acima expostos. O acórdão, à época, não havia sido ainda lavrado.

3. Considerada a disciplina constante da lei que dispõe sobre processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, tem-se que, no caso da ADPF nº 187,
  - (A) a decisão do STF é nula, pois não poderia uma arguição de descumprimento de preceito fundamental versar sobre dispositivo de lei anterior à Constituição.
  - (B) a decisão do STF é irrecorrível, embora possa ser objeto de ação rescisória, para a qual estão legitimados todos os que participaram do processo.
  - (C) a comunicação à Presidência da República deu-se em conformidade com a lei, em relação tanto ao momento em que realizada, quanto a seu conteúdo.
  - (D) não poderia ter sido tomada decisão, por inobservância da lei no que se refere ao *quorum* mínimo de presentes para que se realize sessão de julgamento.
  - (E) não poderiam os *amici curiae* falar na sessão de julgamento, pois a lei somente prevê que possa ser autorizada sustentação oral às partes do processo.

---

4. No julgamento da ADPF nº 187, o STF
  - (A) declarou a inconstitucionalidade parcial do artigo 287 do Código Penal, com redução de texto.
  - (B) procedeu à interpretação conforme à Constituição, o que deveria ter levado à improcedência da ação, e não à sua procedência, como proclamado pelo Tribunal.
  - (C) realizou a modulação dos efeitos pessoais e temporais da declaração de inconstitucionalidade do artigo 287 do Código Penal.
  - (D) considerou a disciplina constitucional das liberdades de expressão do pensamento e reunião, para reduzir o alcance normativo do artigo 287 do Código Penal.
  - (E) declarou a inconstitucionalidade do artigo 287 do Código Penal, sem observar, contudo, o *quorum* para tanto exigido, em decorrência da cláusula constitucional de reserva de plenário.



5. Um grupo de cidadãos brasileiros pretende criar um partido político com as seguintes características: a) programa voltado à defesa dos interesses de minorias étnicas; b) divulgação, junto às instituições de elaboração e aplicação das leis, inclusive as forças de segurança pública, de ideias e práticas relacionadas à preservação de costumes e tradições de minorias étnicas; c) atuação restrita ao território dos Estados da Região Norte do País; d) possibilidade de captação de recursos financeiros junto a entidades governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras; e) coligações eleitorais apenas com partidos de ideário programático compatível com o seu, não havendo obrigatoriedade, contudo, de vinculação entre as candidaturas em âmbito estadual e municipal.

Considerada a disciplina constitucional da matéria, NÃO seria admissível a criação desse partido político, porque a

- (A) defesa de minorias por partidos políticos é contrária ao regime democrático e ao princípio da igualdade, o que é proibido pela Constituição.
- (B) divulgação de ideias junto às forças de segurança pública é forma de atuação paramilitar, o que é expressamente vedado aos partidos políticos pela Constituição.
- (C) constituição de partido político que tenha sua atividade restrita a uma Região do País é inadmissível, exigindo-se que possua caráter nacional.
- (D) Constituição não permite a obtenção de recursos financeiros junto a governos estrangeiros, embora o admita em relação a entidades estrangeiras, na forma da lei.
- (E) vinculação entre as candidaturas em âmbito estadual e municipal é obrigatória, em matéria de coligações eleitorais.

6. Decorre do regime constitucional do direito de propriedade a

- (A) proibição da utilização de tributo com efeito confiscatório, vedação que não se aplica, contudo, à possibilidade de instituição de imposto progressivo no tempo sobre a propriedade territorial rural, quando não edificada, não utilizada ou subutilizada.
- (B) impossibilidade absoluta de sujeição da pequena e média propriedade rural à reforma agrária.
- (C) obrigatoriedade de indenização prévia, justa e em dinheiro, nas hipóteses de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social.
- (D) existência de hipótese de expropriação de bem imóvel, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- (E) possibilidade de aquisição de imóveis públicos por usucapião, em se tratando de área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, utilizada por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, para moradia própria ou da família do adquirente.

7. Tanto o Conselho Nacional de Justiça quanto o Conselho Nacional do Ministério Público

- (A) possuem, entre seus membros, dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- (B) são órgãos do Poder Judiciário.
- (C) escolhem, em votação secreta, um entre seus membros para exercer a função de Corregedor.
- (D) têm competência para rever, de ofício ou mediante provocação, processos disciplinares de membros dos órgãos sujeitos à sua atuação, julgados há menos de dois anos.
- (E) podem fixar prazo para que os órgãos sujeitos à sua atuação adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, afastada, nessa hipótese, a competência dos Tribunais de Contas para a matéria.

8. A Constituição da República assegura igualmente aos membros das carreiras de advocacia pública e defensoria pública

- (A) estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- (B) remuneração por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- (C) possibilidade de exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, observadas as condições estabelecidas em lei.
- (D) autonomia funcional para exercer a representação judicial e a consultoria jurídica dos entes da federação aos quais se vinculem.
- (E) ingresso nas classes iniciais das carreiras mediante concurso público, de provas e títulos, com a participação da Procuradoria-Geral da República e da Ordem dos Advogados do Brasil, em todas as fases.



9. O exercício de atribuições normativas pelo chefe do Poder Executivo, nos termos da Constituição da República,
- (A) compreende, excepcionalmente, atividade de natureza legislativa, função atípica para a qual se exige, conforme o caso, autorização prévia ou aprovação posterior pelos órgãos do Poder titular da função legislativa.
  - (B) abrange a edição de decretos sobre organização e funcionamento da administração federal, independentemente de prévia lei, ainda que implique extinção de órgãos ou cargos públicos, estes quando vagos.
  - (C) não comporta, em hipótese alguma, delegação *interna corporis*.
  - (D) restringe-se à sua participação no processo legislativo por meio de iniciativa, nos casos previstos na Constituição, e aos atos de sancionar, promulgar e fazer publicar as leis.
  - (E) não autoriza a expedição de decretos senão para o fim de fiel execução da lei, à qual a atividade regulamentar do Poder Executivo se subordina.

10. Considere as seguintes afirmações a respeito da disciplina constitucional das comissões parlamentares de inquérito:
- I. As comissões parlamentares de inquérito são instrumentos de controle político, à disposição das minorias presentes nos órgãos legislativos, podendo ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros.
  - II. Os poderes de investigação das comissões parlamentares de inquérito não compreendem a decretação de prisão em caráter cautelar ou a realização de busca e apreensão no domicílio dos investigados, na medida em que essas ações estão protegidas pela cláusula de reserva jurisdicional.
  - III. A exigência constitucional de que as comissões parlamentares de inquérito sejam criadas para a apuração de fato determinado e por prazo certo impede que tenham objeto genérico e duração indeterminada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
  - (B) II, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) I, II e III.
11. Em matéria orçamentária, a Constituição da República veda a
- (A) realização de quaisquer operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.
  - (B) vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto nos casos de destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para a manutenção e desenvolvimento do ensino.
  - (C) realização de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, sob pena de crime de responsabilidade.
  - (D) inclusão na lei anual de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não estando compreendida na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
  - (E) edição de medida provisória para a abertura de crédito extraordinário, que somente será admitida mediante autorização legislativa, para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

12. Considere os seguintes dispositivos da Lei Complementar federal nº 109, de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar e dá outras providências:

*Art. 4º As entidades de previdência complementar são classificadas em fechadas e abertas, conforme definido nesta Lei Complementar.*

*Art. 31. As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente:*

*I. aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, antes denominados patrocinadores; e*

*II. aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.*

*Art. 68. As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstos nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência complementar não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes.*

A leitura dos dispositivos legais transcritos revela que o contido

- (A) nos artigos transcritos é compatível com a disciplina constitucional da matéria.
- (B) no artigo 31 é incompatível com a Constituição, que veda o aporte de recursos a entidade de previdência privada pelos entes da federação, por suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.
- (C) no artigo 68 é incompatível com a Constituição, que prevê expressamente que os benefícios das entidades de previdência complementar integram o contrato de trabalho dos participantes.
- (D) nos artigos transcritos é incompatível com a disciplina constitucional da matéria, que não admite sua regulamentação por lei complementar.
- (E) no artigo 4º é incompatível com a Constituição, que não admite a existência de entidades fechadas de previdência privada.



13. Cento e oitenta Deputados Federais subscrevem proposta de emenda à Constituição, com vistas a alterar a redação de seu artigo 5º, IX, para prever que “*é livre o acesso à imaginação, sendo igualmente livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*”. A proposta é votada em dois turnos na Câmara dos Deputados, sendo aprovada pelo voto de 331 membros, em cada turno. Em primeira votação no Senado Federal, contudo, a proposta é rejeitada. Nessa hipótese,
- (A) a emenda, se aprovada, seria inconstitucional, pois a proposta padecia de vício de iniciativa.
  - (B) não poderia sequer ter havido deliberação sobre a proposta de emenda, que tem por objeto um direito individual assegurado na Constituição como cláusula pétrea.
  - (C) não foi observado o *quorum* mínimo de aprovação da proposta na Câmara dos Deputados, a despeito de correta votação em dois turnos.
  - (D) o Senado Federal não poderia ter rejeitado a proposta de emenda, na medida em que não apresentava incompatibilidade formal ou material com a Constituição.
  - (E) a matéria não poderá ser objeto de nova proposta de emenda à Constituição na mesma sessão legislativa.

14. Nos termos da Constituição da República, aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas é vedado
- (A) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, ressalvadas as exceções previstas em lei.
  - (B) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
  - (C) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.
  - (D) exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei.
  - (E) exercer a advocacia, ressalvadas as exceções previstas em lei.

15. A lei orgânica de um Município do Estado da Bahia com 160.000 habitantes estabelece que sua Câmara municipal será composta por 18 Vereadores, cujos subsídios, a serem fixados em cada legislatura para a subsequente, deverão corresponder a, no máximo, cinquenta por cento dos subsídios dos Deputados Estaduais. Determina, ainda, que o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de seis por cento da receita do Município.

A lei orgânica em questão deverá ser alterada no que diz respeito

- (A) apenas ao número de membros da Câmara municipal, por ser incompatível com o que prevê a Constituição do Estado da Bahia a esse respeito.
  - (B) apenas ao valor do subsídio dos Vereadores, que não podem ultrapassar trinta por cento do subsídio dos deputados estaduais, conforme prevê a Constituição da República.
  - (C) apenas ao total da despesa com a remuneração dos Vereadores, por estar acima do limite autorizado pela Constituição da República.
  - (D) ao número de membros da Câmara municipal e ao valor de seu subsídio, por serem incompatíveis com a disciplina da matéria na Constituição da República.
  - (E) ao valor do subsídio dos Vereadores e ao total da despesa com sua remuneração, por serem incompatíveis com a disciplina da matéria na Constituição da República.
16. Ao fixar limites máximos de despesa do Poder Legislativo municipal, a Constituição da República prevê que
- (A) a Câmara municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, sob pena de crime de responsabilidade de seu Presidente.
  - (B) os percentuais estabelecidos referem-se ao somatório da receita municipal e das transferências relativas ao produto da arrecadação de impostos da União devidas aos Municípios.
  - (C) o total da despesa, para fim de apuração desses limites, deve incluir os subsídios dos Vereadores e os gastos com inativos.
  - (D) os percentuais estabelecidos referem-se a um somatório que deve incluir a transferência de setenta por cento da arrecadação do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores, quando o ouro for definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
  - (E) o repasse ao Legislativo municipal não realizado até o dia quinze de cada mês ou, ainda que observado o prazo, o envio a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária, constitui crime de responsabilidade do Prefeito.



17. Considere as seguintes afirmações a respeito da disciplina do direito à educação na Constituição do Estado da Bahia:
- I. A oferta de vagas para atender à demanda do ensino fundamental e sua manutenção é dever do Estado e dos Municípios, importando em responsabilidade da autoridade competente o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou seu oferecimento irregular.
  - II. O ensino superior, responsabilidade do Estado, será ministrado pelas instituições estaduais de ensino superior, mantidas integralmente pelo Estado, não podendo os Municípios atuar no ensino superior, enquanto não tiverem atendidas noventa por cento das necessidades dos níveis anteriores de ensino nos seus limites territoriais.
  - III. O orçamento anual dos Municípios deverá prever a aplicação de, pelo menos, trinta por cento da receita tributária municipal, incluindo a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público fundamental, sob pena de intervenção do Estado no Município.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

18. Lei federal sobre normas gerais tem o condão de suspender a eficácia de lei estadual preexistente, no que lhe for contrária, quando versar sobre
- (A) política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.
  - (B) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
  - (C) trânsito e transporte.
  - (D) registros públicos.
  - (E) direito agrário e marítimo.

19. No julgamento do *Habeas Corpus* nº 97.969 pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, seu Relator, Ministro Carlos Ayres Britto, asseverou: *O Poder Judiciário tem por característica central a estática ou o não-agir por impulso próprio (ne procedat iudex ex officio). Age por provocação das partes, do que decorre ser próprio do Direito Positivo este ponto de fragilidade: quem diz o que seja 'de Direito' não o diz senão a partir de impulso externo. Não é isso o que se dá com o Ministério Público. Este age de ofício e assim confere ao Direito um elemento de dinamismo compensador daquele primeiro ponto jurisdicional de fragilidade.*

(julg. 1/2/2011, publ. DJE 23/5/2011)

Essa forma de atuação do Ministério Público a que se refere o Ministro pode ser exemplificada pela competência que lhe atribui a Constituição da República para

- (A) promover privativamente o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- (B) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, em defesa da moralidade administrativa e do erário público.
- (C) propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.
- (D) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
- (E) promover a representação para fins de intervenção da União nos Estados, com vistas a prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.

20. No julgamento do Mandado de Segurança nº 24.423 (Rel. Min. Gilmar Mendes, julg. 10/9/2008, publ. DJE 20/2/2009), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, entendeu não possuir o Tribunal de Contas da União (TCU) competência para fiscalizar atos supostamente irregulares na gestão de empresa estatal integrante da administração indireta do Distrito Federal, com capital pertencente à União (49%) e ao Distrito Federal (51%). Nessa hipótese, a decisão do STF

- (A) fere a Constituição da República, porque esta atribui ao TCU competência para fiscalizar qualquer pessoa que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária.
- (B) é incompatível com a Constituição da República, no ponto em que prevê expressamente competência do TCU para julgar contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (C) não alcança a competência do TCU para realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto às ações de que a União for titular.
- (D) desconsidera a previsão da Constituição da República segundo a qual o TCU possui competência para fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União a órgãos e entidades integrantes da administração direta e indireta de Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (E) é compatível com a Constituição da República, tendo preservado a autonomia do ente da federação e a competência que é atribuída à sua Corte de Contas para a fiscalização financeira de atos de entidade integrante de sua administração.



**Direito Administrativo**

21. Empresa estatal de saneamento básico controlada pelo Estado da Bahia pretende construir uma estação de tratamento de água e esgoto na região metropolitana e transferir a operação da estação para particular, o qual ficará encarregado de prestar o serviço aos usuários, remunerando-se pela cobrança de tarifa e recebendo, adicionalmente, contraprestação pecuniária do Estado. A modalidade contratual que corresponde ao modelo descrito é
- (A) a empreitada integral.  
 (B) a concessão administrativa.  
 (C) a concessão patrocinada.  
 (D) a concessão comum.  
 (E) o consórcio público.
22. As denominadas entidades do terceiro setor caracterizam-se como pessoas jurídicas
- (A) privadas, sem fins lucrativos, que desempenham serviço não exclusivo do Estado e que atuam em colaboração com este, recebendo alguma espécie de incentivo do poder público.  
 (B) privadas, que atuam em caráter subsidiário ou complementar à atuação estatal, mediante permissão ou concessão de serviço público de interesse social.  
 (C) híbridas, constituídas na forma do direito civil, como associações ou fundações, porém com personalidade de direito público, que desempenham serviço público de forma subsidiada pelo Estado.  
 (D) de natureza comercial, que atuam mediante delegação do Estado no desempenho de serviço público essencial.  
 (E) públicas não integrantes da Administração indireta, que prestam serviço público mediante vínculo de colaboração, na forma de convênio ou contrato de gestão.
23. Constitui uma forma de extinção do contrato de concessão de serviços públicos a
- (A) caducidade, declarada pelo poder concedente em decorrência de descumprimento de obrigação contratual ou falha na execução do serviço, condicionada à autorização legislativa.  
 (B) anulação, caracterizada pela retomada do serviço, antes do prazo contratual, por razões de interesse público, precedida de indenização ao concessionário.  
 (C) encampação, caracterizada pela retomada forçada do serviço em razão da falha na sua prestação, decretada judicialmente.  
 (D) intervenção, caracterizada pela retomada do serviço, por descumprimento contratual ou razões de interesse público, condicionada à indenização dos investimentos.  
 (E) rescisão, pelo poder concedente ou pelo concessionário, este último apenas por decisão judicial em função de descumprimento, pela Administração, de normas contratuais.
24. O procedimento licitatório para contratação de obras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá contemplar exigência de
- (A) garantia de execução contratual, limitada a 20% do objeto contratual, admitindo-se sua prestação mediante seguro-garantia ou fiança bancária.  
 (B) metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.  
 (C) apresentação da relação dos compromissos do licitante que importem diminuição de sua capacidade operativa, calculada em função do seu faturamento.  
 (D) capacitação econômico-financeira, mediante apresentação de índices de liquidez, rentabilidade e faturamento, compatíveis com o valor do objeto licitado.  
 (E) pré-qualificação, para fins de aferição de capacidade econômico-financeira dos licitantes, desde que a modalidade adotada não seja a concorrência.
25. Os contratos administrativos submetem-se a um regime jurídico diferenciado, que inclui a
- (A) natureza *intuitu personae*, o que impede a previsão de subcontratação ou cessão do objeto.  
 (B) impossibilidade de rescisão por iniciativa do contratado ou por consenso, em função da preservação da continuidade do serviço público.  
 (C) possibilidade de alteração do objeto, unilateralmente pela Administração, independentemente da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.  
 (D) presença de cláusulas exorbitantes, inclusive prevendo a possibilidade de aplicação de sanções administrativas como multa, advertência e impedimento de contratar com a Administração.  
 (E) vinculação ao instrumento convocatório, vedando-se aditamentos quantitativos ou qualitativos.
26. A propósito das características e regime jurídico a que se submetem as entidades da Administração indireta, é correto afirmar:
- (A) A autarquia é pessoa jurídica de direito público, com as mesmas prerrogativas e sujeições da Administração direta, exceto no que diz respeito ao regime de seus bens.  
 (B) A criação de sociedade de economia mista e de empresa pública depende de autorização legislativa, assim como a criação de subsidiárias dessas entidades.  
 (C) A criação de sociedade de economia mista somente é possível para exploração de atividade econômica *stricto sensu*.  
 (D) As empresas públicas podem explorar atividade econômica e prestar serviços públicos, com a participação minoritária de particulares em seu capital social.  
 (E) A autarquia é pessoa jurídica de direito privado, porém submetida aos princípios aplicáveis à Administração Pública, o que lhe confere um regime híbrido de prerrogativas e sujeições.



<p>27. A respeito da desconstituição dos atos administrativos, a Administração</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) pode anulá-los, observado o correspondente prazo decadencial e desde que preservados os direitos adquiridos.</li><li>(B) pode revogá-los, quando discricionários, e anular apenas os vinculados, preservados os direitos adquiridos.</li><li>(C) está impedida de anular seus próprios atos, cabendo o controle de legalidade ao Judiciário.</li><li>(D) está impedida de revogar seus atos, exceto quando sobrevier alteração de fato ou de direito que altere os pressupostos de sua edição.</li><li>(E) pode revogá-los, por razões de conveniência e oportunidade, preservados os direitos adquiridos, e anulá-los por vício de legalidade, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.</li></ul>	<p>31. Os denominados terrenos de marinha são bens de</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) titularidade da União, de natureza dominial, passíveis de utilização pelo particular sob regime de enfiteuse ou aforamento.</li><li>(B) titularidade dos Estados-membros, insuscetíveis de utilização pelo particular.</li><li>(C) titularidade da União, de uso especial, destinados à segurança de fronteiras.</li><li>(D) propriedade particular, reservados, e objeto de servidão compulsória à União.</li><li>(E) domínio dos Estados-membros, passíveis de utilização pelo particular mediante regime de pagamento de foro ou laudêmio.</li></ul>
<p>28. A licitação do tipo melhor técnica ou técnica e preço aplica-se para</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual.</li><li>(B) a contratação de qualquer tipo de objeto, quando cabível exclusivamente a modalidade concorrência.</li><li>(C) a contratação exclusiva de projetos de alta complexidade.</li><li>(D) a contratação, a critério exclusivo da Administração, independentemente do objeto, desde que devidamente justificada.</li><li>(E) a escolha de trabalho científico ou artístico, apenas.</li></ul>	<p>32. As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) alcançam apenas atos que importem enriquecimento ilícito e/ou prejuízo ao erário em razão do exercício de cargo, mandato ou função pública.</li><li>(B) alcançam apenas atos dolosos, praticados por agentes públicos, que importem enriquecimento ilícito, causem prejuízo ao erário ou atentem contra os princípios da Administração pública.</li><li>(C) são de natureza penal e Administrativa e, uma vez aplicadas, afastam a aplicação de outras penalidades dessa natureza previstas na legislação específica.</li><li>(D) são de natureza estritamente civil, cingindo-se à perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio do agente, multa e proibição de contratar com a Administração.</li><li>(E) aplicam-se às ações ou omissões praticadas por agentes públicos que atentem contra os princípios da Administração Pública, podendo alcançar, também, terceiro que concorra para a prática do ato ou dele se beneficie, direta ou indiretamente.</li></ul>
<p>29. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a licitação poderá ser dispensada na hipótese de</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) aquisição de materiais ou equipamentos que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo ou de marca preferencial da Administração.</li><li>(B) contratação de serviços de publicidade e divulgação.</li><li>(C) contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, até o limite de 20% do contrato anterior.</li><li>(D) intervenção, da União no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.</li><li>(E) contratação de obras ou serviços de engenharia, até o limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).</li></ul>	<p>33. Os consórcios públicos podem, para a consecução de seus objetivos,</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, vedado o recebimento de subvenções de outra entidade ou órgão de governo.</li><li>(B) efetuar desapropriações e instituir servidões, promovendo a competente declaração de utilidade ou necessidade pública.</li><li>(C) ser contratados pela Administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.</li><li>(D) arrecadar tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou uso de bens públicos, não podendo, contudo, outorgar concessão ou permissão para exploração de serviço público de competência dos entes consorciados.</li><li>(E) celebrar, após a sua constituição, protocolo de intenções dispondo sobre sua finalidade, prazo de duração e identificação dos entes da Federação consorciados.</li></ul>
<p>30. A alienação de bens da Administração</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) é possível somente quando se trate de bens de uso comum, mediante prévia avaliação e independentemente de autorização legislativa.</li><li>(B) depende, quando imóveis, de prévia avaliação, autorização legislativa e licitação na modalidade concorrência, admitindo-se leilão para bens cuja aquisição haja derivado de procedimento judicial ou dação em pagamento.</li><li>(C) depende, quando imóveis, de prévia autorização legislativa e licitação na modalidade leilão, dispensada na hipótese de alienação de bens móveis.</li><li>(D) é possível, quando imóveis, somente após a sua desafetação, devendo ser precedida de avaliação e licitação na modalidade tomada de preços.</li><li>(E) é possível somente para imóveis não afetados ao serviço público e móveis considerados inservíveis, sempre precedida de avaliação e licitação na modalidade leilão.</li></ul>	





<p>34. De acordo com a Constituição Federal, o controle externo dos Tribunais de Contas alcança</p> <p>(A) a apreciação, para fins de registro, da legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, incluindo as melhorias posteriores, ainda que não alterem o fundamento legal do ato.</p> <p>(B) as admissões de pessoal da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, incluídas as nomeações para funções de confiança e cargos de provimento em comissão.</p> <p>(C) as pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, que administrem bens e valores públicos, exceto as entidades sem fins lucrativos que recebam recursos públicos exclusivamente a título de subsídio para ações de interesse social.</p> <p>(D) a fiscalização da legalidade, legitimidade e economicidade da aplicação de subvenções e renúncia de receitas por entidades da Administração direta e indireta.</p> <p>(E) a aplicação, após a aprovação do Poder Legislativo, de penalidades aos responsáveis, no caso de ilegalidades de despesas ou irregularidades de contas, de multa proporcional ao dano causado ao erário.</p>	<p>37. <i>Comparada com a norma de Direito Penal, verifica-se que a norma tributária é mais rígida. No Direito Penal, o nullum crimen nulla poena sine lege exige que o delito seja típico, decorra de uma previsão legal precisa, mas se permite ao juiz, ao sentenciar, a dosimetria da pena, com relativa liberdade, assim como diminuir ou afrouxar a pena a posteriori. No Direito Tributário, além de se exigir seja o fato gerador tipificado, o dever de pagar o tributo também deve sê-lo em todos os seus elementos, pois aqui importantes são tanto a previsão do tributo quanto o seu pagamento, baseado em fórmulas de quantificação da prestação devida, e que a sociedade exige devam ser rígidas e intratáveis.</i></p> <p>(Sacha Calmon Navarro Coelho. <b>Curso de direito tributário brasileiro</b>. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 220)</p> <p>O texto acima está se referindo ao <i>princípio</i> explícito da</p> <p>(A) legalidade.  (B) irretroatividade da lei tributária.  (C) anterioridade da lei tributária.  (D) segurança jurídica.  (E) igualdade.</p>
<p>35. É aplicável a modalidade licitatória</p> <p>(A) pregão para aquisição de bens e serviços comuns, com valor limitado a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).</p> <p>(B) pregão para contratação de serviços e obras de natureza comum, independentemente do valor.</p> <p>(C) concorrência para contratos de parceria público-privada, independentemente do valor.</p> <p>(D) convite para contratação de serviços de natureza comum, independentemente do valor.</p> <p>(E) tomada de preços para obras e serviços de engenharia, com valor da contratação estimado em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).</p>	<p>38. O imposto de competência dos municípios que deverá ter suas alíquotas mínimas e máximas fixadas em lei complementar é o imposto sobre</p> <p>(A) propriedade territorial rural.  (B) propriedade territorial urbana.  (C) serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência dos Estados.  (D) transmissão de bens imóveis a título gratuito e <i>causa mortis</i>.  (E) transmissão de bens imóveis a título oneroso e por ato <i>inter vivos</i>.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Tributário</b></p> <p>36. <i>O grupo criou uma rede de 80 empresas de fachada (...) – todas registradas em nome de laranjas. As empresas importavam produtos químicos, mas não pagavam nenhum tributo sobre as operações. (...) Os produtos importados eram ‘revendidos’, em operações fictícias, a outras empresas do grupo, espalhadas por vários estados. A partir daí, o bando revendia os produtos a seus clientes normalmente, usando empresas reais (...), mas sem arcar com o custo dos impostos. A quadrilha também fraudava os fiscos estaduais: nessas operações cruzadas, acumulava créditos tributários, mesmo sem nunca recolher ICMS. Nessa outra fraude, pode ter sonogado mais de 1 bilhão de reais.</i></p> <p>(Revista Veja. Editora Abril. Edição 2231, Ano 44, nº 34, 24/08/2011, p. 76)</p> <p>Considerando o fato descrito, em relação à aventada sonegação de ICMS, o esquema só foi possível pela seguinte característica constitucional deste imposto estadual:</p> <p>(A) proporcionalidade.  (B) progressividade.  (C) regressividade.  (D) seletividade.  (E) não cumulatividade.</p>	<p>39. Sobre garantias e privilégios do crédito tributário, é correto afirmar que</p> <p>(A) o crédito tributário, na falência, se sujeita a concurso de credores com créditos decorrentes de legislação do trabalho ou do acidente do trabalho e com os créditos extraconcursais.  (B) o bem gravado com cláusula de impenhorabilidade convencional responde pelo pagamento do crédito tributário, qualquer que seja a data de constituição do ônus.  (C) o termo inicial da presunção de alienação de bens em fraude à execução é o despacho do juiz que ordena a citação em sede de execução fiscal.  (D) a decretação de indisponibilidade de bens e direitos de devedor tributário devidamente citado, que não paga nem oferece bens à penhora no prazo legal, e não são encontrados bens penhoráveis, deve ser decretada apenas em sede de medida cautelar fiscal.  (E) o crédito tributário, na falência, prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou tempo de sua constituição, ressalvados apenas os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente do trabalho e os créditos extraconcursais.</p>



40. Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em não havendo pagamento antecipado e, por conseguinte, sendo lavrado auto de infração de imposição de multa – AIIIM, haverá prescrição após 5 anos, a contar
- (A) da ocorrência do fato gerador.
  - (B) do primeiro dia do exercício financeiro seguinte à ocorrência do fato gerador.
  - (C) da constituição definitiva do crédito tributário, que se dá com a declaração feita pelo sujeito passivo.
  - (D) da notificação ao sujeito passivo da lavratura do AIIIM, quando se considera constituído definitivamente o crédito tributário, caso o autuado não apresente impugnação no prazo legal.
  - (E) do primeiro dia do exercício financeiro seguinte à lavratura do AIIIM, quando o autuado apresenta impugnação no prazo legal.
41. O pagamento é a forma mais rudimentar de extinção do crédito tributário. Sobre o pagamento, é INCORRETO afirmar:
- (A) Haverá presunção de pagamento integral do crédito tributário quando, tratando-se de pagamento em parcelas, se comprovar o pagamento da última parcela.
  - (B) O vencimento do crédito tributário ocorre em 30 dias, a contar da data da notificação válida do lançamento feita ao sujeito passivo, desde que a legislação tributária específica não fixe o tempo para pagamento.
  - (C) Os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês, se a lei não dispuser de modo diverso.
  - (D) Na pendência de consulta tempestiva formulada ao Fisco, não haverá incidência de acréscimos decorrentes da mora.
  - (E) O pagamento em cheque somente opera a extinção do crédito tributário após o resgate do título pelo sacado.
42. Considerando o conceito legal de tributo, as espécies de obrigação tributária e a interpretação da hipótese de incidência, é correto afirmar:
- (A) O pagamento de tributo mediante trabalho prestado ao sujeito ativo como forma de compensação é admitido, na medida em que tributo é prestação pecuniária em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.
  - (B) A incidência de tributo sobre um fato gerador depende da vontade do sujeito passivo em praticar o fato e, por conseguinte, pagar o tributo. Logo, tributo é obrigação contratual implícita entre o sujeito passivo e o Fisco.
  - (C) A incidência de tributo sobre o lucro ou renda auferida em atividade ilícita é admitida, na medida em que o fato de se auferir lucro ou renda, por si só, é fato lícito, e, na interpretação da hipótese de incidência, é irrelevante a natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.
  - (D) Sobre o negócio jurídico nulo não incide tributo, ainda que seja caracterizado fato gerador do tributo, do mesmo modo que não incide tributo sobre atos ilícitos que configurem, em tese, fato gerador de tributo.
  - (E) A multa por infração à legislação tributária quando não paga se converte em tributo, na medida em que a obrigação tributária acessória descumprida converte-se em obrigação tributária principal relativamente à penalidade pecuniária.
43. As operações relativas à circulação de mercadorias e a saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte correspondem, respectivamente, aos seguintes aspectos da hipótese de incidência do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
- (A) espacial e temporal.
  - (B) material e temporal.
  - (C) material e espacial.
  - (D) espacial e quantitativo.
  - (E) temporal e espacial.
44. Segundo o Código Tributário Nacional, em regra, o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente. Tratando-se de impostos lançados a certo período de tempo, desde que a lei instituidora fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido, é correto afirmar que o imposto sobre
- (A) transmissão onerosa de imóveis por ato *inter vivos*, que tem lançamento por homologação, não se submete à regra geral.
  - (B) serviços de qualquer natureza, que tem lançamento de ofício, se submete à regra geral.
  - (C) serviços de transporte interestadual e intermunicipal, que tem lançamento por homologação, não se submete à regra geral.
  - (D) propriedade de veículo automotor, que tem lançamento por declaração, se submete à regra geral.
  - (E) propriedade territorial urbana, que tem lançamento de ofício, não se submete à regra geral.
45. Diante da simulação de negócio jurídico que dissimula a ocorrência de um fato gerador, o Código Tributário Nacional traz norma, conforme denominação doutrinária, de caráter “antielisivo”, cuja regra é:
- (A) anulação do negócio jurídico simulado em ação judicial própria e início do prazo prescricional somente a partir do trânsito em julgado da decisão.
  - (B) declaração de nulidade do negócio jurídico em ação judicial própria e início do prazo prescricional somente a partir do trânsito em julgado da decisão.
  - (C) revogação do negócio jurídico simulado e do lançamento respectivo, por ato de autoridade administrativa competente, com posterior lançamento de ofício do tributo efetivamente devido.
  - (D) desconsideração do fato gerador fruto da simulação, além de constituição do crédito tributário que teve por fato gerador o negócio efetivamente praticado e que se pretendeu omitir.
  - (E) consideração do negócio jurídico simulado pela autoridade administrativa competente, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.



**Direito Financeiro**

46. A Constituição Federal traz várias vedações em matéria orçamentária. NÃO há vedação constitucional para

- (A) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- (B) a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.
- (C) a abertura de crédito suplementar ou especial com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes.
- (D) a concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- (E) a transferência voluntária de recursos pelo Governo Estadual e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal dos Municípios.

47. A Constituição Federal veda expressamente a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, mas traz como ressalva a vinculação na hipótese de

- (A) abertura de crédito extraordinário.
- (B) prestação de garantia ou contragarantia à União.
- (C) ações e serviços de habitação.
- (D) ações governamentais na área de assistência social.
- (E) despesas de custeio.

48. Considerando a repartição constitucional de receitas tributárias, é correto afirmar que

- (A) o município fica com cem por cento do produto arrecadado, quando fiscaliza e arrecada o ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, imposto de competência da União.
- (B) compete ao Município de origem da ocorrência do fato gerador 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas ao ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (C) pertence aos Municípios 50% do produto da arrecadação do IR – Imposto de Renda, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem.
- (D) a União entregará ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal 27,5% do produto da arrecadação do IR – Imposto de Renda incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem.
- (E) a União entregará aos Estados e Distrito Federal 10% do produto da arrecadação do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, pelos fatos geradores ocorridos em seus territórios.

49. (...) *juros da dívida pública, as pensões, aposentadorias, subvenções sem encargos e outros pagamentos dos cofres públicos, aos quais não corresponde uma prestação de serviços ou de coisas da parte dos beneficiários.*

(Aliomar Baleeiro. **Uma introdução à ciência das finanças**. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 115)

O conceito acima descrito refere-se à despesa denominada

- (A) extraordinária.
- (B) inversão financeira.
- (C) de investimento.
- (D) de custeio.
- (E) transferência corrente.

50. Sobre os princípios orçamentários, considere:

- I. A peça orçamentária deve ser única, contendo todos os gastos e receitas.
- II. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação da despesa.
- III. Todas as receitas e todas as despesas devem estar previstas na lei orçamentária.

Correspondem aos princípios da universalidade, unidade e exclusividade, respectivamente, os itens

- (A) I, II e III.
- (B) II, I e III.
- (C) I, III e II.
- (D) III, I e II.
- (E) II, III e I.

51. O orçamento anual deverá ser em peça única e conter o orçamento de todas as entidades que possuam ou recebam dinheiro público. Compõem o orçamento anual da União:

- (A) os créditos suplementares, o orçamento fiscal e as metas de investimento.
- (B) os orçamentos da seguridade social e fiscal e os objetivos e metas da administração para despesas de capital.
- (C) os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que a União detenha maioria do capital social com direito de voto.
- (D) o orçamento fiscal e as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital.
- (E) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, os créditos adicionais e o anexo de metas fiscais e de riscos fiscais.



52. Quando da realização da despesa existem alguns limites legais. Há vedação
- (A) de abertura de crédito suplementar no último exercício do mandato de titular de Poder.
  - (B) de realização de despesas das quais possam surgir obrigações de despesa sem que haja suficiente disponibilidade de caixa que possibilite o integral cumprimento no exercício de origem nos dois últimos quadrimestres do mandato de titular de Poder.
  - (C) absoluta de contrair obrigação no último quadrimestre do mandato de titular de Poder, se esta não puder ser cumprida e integralmente paga até o último dia do exercício em que foi contratada, ainda quando haja disponibilidade de caixa.
  - (D) de abertura de créditos adicionais no último quadrimestre do mandato de titular de Poder sem que haja dotação orçamentária específica e possibilidade de integral cumprimento da obrigação no exercício de origem.
  - (E) absoluta de pagamento de despesa de exercício encerrado, ainda que no orçamento respectivo haja consignação de crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-la, que não se tenha processado na época própria.
53. Segundo a Constituição Federal, *Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno*. Na realização desta obrigação, se agente incompetente efetuar uma despesa em nome do Poder Público, o ordenador da despesa, observando inexistência de dotação orçamentária específica, caracterizando total ilegalidade no empenho, quando da realização da liquidação, deverá, sob pena de responsabilidade solidária pelo pagamento,
- (A) dar ciência ao Tribunal de Contas respectivo.
  - (B) ressaltar a ilegalidade na ordem de pagamento.
  - (C) anular de imediato a despesa.
  - (D) revogar de imediato a nota de empenho.
  - (E) oficial à autoridade competente, para que seja aberto crédito.
54. Sobre o controle externo das contas municipais e o Tribunal de Contas, é correto afirmar:
- (A) O Município tem autonomia para criar seu próprio Tribunal de Contas, órgão integrante do Poder Legislativo Municipal.
  - (B) As contas municipais são fiscalizadas pela Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas da União, desde que no Município não exista Tribunal de Contas próprio.
  - (C) A criação, pelos Estados, de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais é vedada.
  - (D) Os Tribunais de Contas municipais existentes foram extintos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, passando as respectivas atribuições para os Tribunais de Contas dos Estados.
  - (E) A fiscalização das contas públicas municipais é competência da Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas dos Estados ou do Conselho ou Tribunal de Contas do Município, onde houver.
55. Sobre a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público, é correto afirmar que
- (A) a consolidação é feita, simultaneamente, por todos os entes da Federação e publicada no Diário Oficial da União, por expressa determinação legal, que comina pena de vedação de contratação de qualquer tipo de operação de crédito enquanto não se regularizar a situação.
  - (B) a consolidação é promovida pelo Tribunal de Contas da União, até o dia 30 de junho, devendo os Estados, Distrito Federal e Municípios encaminhar suas contas até 31 de maio, sob pena de intervenção.
  - (C) os Estados e o Distrito Federal devem encaminhar suas contas para implementação, ao Poder Executivo da União, até 30 de abril, sob pena de intervenção federal.
  - (D) o Município ficará impedido, até que a situação seja regularizada, de receber transfêrencias voluntárias e contratar operações de crédito, se suas contas não forem encaminhadas ao Poder Executivo da União até 30 de abril.
  - (E) a União, através do Poder Legislativo, tem competência para receber as informações sobre as contas dos demais entes até 30 de junho, respondendo por crime de responsabilidade fiscal os titulares dos entes que não enviarem suas contas.
- Direito Penal**
56. O cálculo da pena observa o critério trifásico, de acordo com o art. 68 do Código Penal. Nesta forma de individualização,
- (A) as circunstâncias judiciais e legais são consideradas na primeira fase, seguidas das agravantes e atenuantes e, por fim, as causas de aumento e diminuição da reprimenda.
  - (B) as qualificadoras incidem na primeira fase de fixação da reprimenda, onde se fixará a pena-base, ao contrário das causas especiais de aumento de pena.
  - (C) a pena-base será fixada conforme o art. 59 do CP, seguida das circunstâncias judiciais e, por último, das causas de aumento e diminuição da reprimenda.
  - (D) o juiz nunca poderá limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição na hipótese de concorrerem causas de aumento e diminuição previstas na Parte Especial do Código Penal.
  - (E) os efeitos do reconhecimento dos concursos formal e material de delitos não são considerados neste critério.
57. A disposição legal contida no art. 13, parágrafo segundo do CP, segundo a qual a omissão apresenta valor penal quando o agente devia e podia agir para evitar o resultado, corresponde corretamente à ideia ou ao conceito de
- (A) causalidade normativa.
  - (B) possibilidade de punição superveniente de causa independente ao delito.
  - (C) causalidade entre a omissão e o resultado naturalístico.
  - (D) desnecessária conjugação do dever legal e possibilidade real de agir.
  - (E) regra aplicável somente aos crimes omissivos próprios.



58. O conceito de funcionário público, para os efeitos da Lei Geral de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93),

- (A) corresponde exatamente ao disposto no art. 327 do Código Penal ao estabelecer que, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- (B) limita-se a quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, empresa prestadora de serviço público contratado ou conveniado.
- (C) tem definição própria da qual se excluem os que exerçam cargo, emprego ou função de caráter transitório.
- (D) tem definição própria da qual se excluem os que exerçam cargo, emprego ou função sem remuneração.
- (E) abrange quem exerce cargo, emprego ou função em fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades sob controle direto ou indireto do Poder Público.

59. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos pela prática de ato de improbidade administrativa definida na Lei Federal nº 8.429/92

- (A) podem ser determinadas cautelarmente quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
- (B) dependem da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- (C) podem ser determinadas pela autoridade administrativa competente para o processo administrativo.
- (D) independem da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas.
- (E) exigem pronunciamento obrigatório do Tribunal de Contas, único órgão que pode decretá-las em caráter definitivo.

60. A prestação por administrador público de garantia em operação de crédito, sem contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, quando a lei o exigir,

- (A) constitui mera infração administrativa, pois se trata de fato penalmente atípico.
- (B) pode representar a prática de crime previsto no Código Penal, além de configurar possível improbidade administrativa.
- (C) exige a ocorrência de prejuízo ao erário para ser considerada ato de improbidade administrativa.
- (D) é fato típico, desde que demonstrada a negligência da autoridade que a prestou.
- (E) caracteriza crime previsto na Lei Geral de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93).

### Direito Civil

61. Desempenhando diferentes funções, classifica-se o costume, conforme seu conteúdo, do seguinte modo:

- I. *praeter legem*.
- II. *secundum legem*.
- III. *contra legem*.

Sobre eles, é correto afirmar que o primeiro

- (A) exerce função supletiva; o segundo é interpretativo; e o terceiro não é admitido pelo sistema, embora possa induzir o legislador a modificar leis anacrônicas ou injustas.
- (B) não é admitido pelo sistema, embora possa induzir o legislador a modificar leis anacrônicas ou injustas; o segundo é interpretativo; e o terceiro exerce função supletiva.
- (C) é interpretativo; o segundo exerce função supletiva; e o terceiro não é admitido pelo sistema, todavia pode induzir o legislador a modificar leis anacrônicas ou injustas.
- (D) não é admitido pelo sistema, embora possa induzir o legislador a modificar leis anacrônicas ou injustas; o segundo exerce função supletiva; e o terceiro é interpretativo.
- (E) é interpretativo; o segundo não é admitido pelo sistema, embora possa induzir o legislador a modificar leis anacrônicas ou injustas; e o terceiro exerce função supletiva.

62. Para exigir a pena convencional,

- (A) é necessário que o credor alegue prejuízo e sua aposição no contrato sempre importará renúncia a indenização superior ao valor da cláusula penal, porque ela exerce função alternativa às perdas e danos.
- (B) é necessário que o credor alegue prejuízo, mas, ainda que o prejuízo exceda ao previsto na cláusula penal, não pode o credor exigir indenização suplementar, se assim não for convencionado, e, se o for, caberá ao credor também provar o prejuízo excedente, valendo a pena como o mínimo da indenização.
- (C) não é necessário que o credor alegue prejuízo e sua aposição no contrato sempre importará renúncia à indenização superior ao valor da cláusula penal, porque ela exerce função alternativa às perdas e danos.
- (D) não é necessário que o credor alegue prejuízo, mas, ainda que o prejuízo exceda o previsto na cláusula penal, não pode o credor exigir indenização suplementar, se assim não for convencionado, e, se o for, caberá ao credor provar o prejuízo excedente, valendo a pena como o mínimo da indenização.
- (E) é irrelevante a ocorrência de prejuízo, todavia, as partes, ao estabelecê-la, ficam impedidas, sob pena de nulidade, de contratar indenização suplementar, mesmo que o prejuízo supere o seu valor, porque contraria a boa-fé objetiva.



63. Na hipoteca e no penhor é
- (A) válida a cláusula que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, se o bem tiver o mesmo valor da dívida ou se o credor restituir a diferença do valor em dinheiro.
  - (B) nula a cláusula que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, e, em nenhuma hipótese, poderá ocorrer a dação em pagamento.
  - (C) anulável a cláusula que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, mas, após o vencimento, poderá o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.
  - (D) anulável a cláusula que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, e, em nenhuma hipótese, poderá ocorrer a dação em pagamento.
  - (E) nula a cláusula que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, mas, após o vencimento, poderá o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.
64. Os servidores públicos José, Pedro e Antonio foram denunciados pelo Ministério Público pela prática do crime de peculato na modalidade dolosa em co-autoria. José foi condenado, Pedro foi absolvido por insuficiência de prova e Antonio também foi absolvido porque ficou provado não ter praticado o ato em que se fundou a acusação. A entidade pública que sofreu o prejuízo moveu ação de cobrança de indenização contra eles, pedindo que fossem condenados solidariamente a ressarcir o dano. Neste caso,
- (A) todos os réus poderão ser condenados solidariamente a pagar o prejuízo, desde que no processo civil fique provada a participação deles.
  - (B) José e Pedro serão condenados a pagar o prejuízo conjuntamente, mas Antonio não poderá sofrer essa condenação.
  - (C) José e Pedro poderão ser condenados a pagar o prejuízo solidariamente, mas Antonio não poderá sofrer essa condenação.
  - (D) somente José poderá ser condenado a ressarcir o prejuízo, porque a condenação criminal torna certa a obrigação de indenizar.
  - (E) nenhum dos réus será condenado a ressarcir o prejuízo se a entidade autora não provar o dano e a autoria no processo civil, em razão do princípio da incomunicabilidade das instâncias.
65. Sujeita-se a prazo decadencial a ação
- (A) declaratória de nulidade de negócio jurídico simulado.
  - (B) de anulação de negócio jurídico em virtude de fraude contra credores.
  - (C) de cobrança de dívida de dinheiro.
  - (D) de repetição de indébito.
  - (E) que tenha por objeto declarar a existência ou a inexistência de uma relação jurídica.
66. Na obrigação de dar coisa incerta,
- (A) o devedor sempre poderá dar a coisa pior.
  - (B) a escolha pertence conjuntamente ao credor e ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
  - (C) o devedor será sempre obrigado a prestar a melhor.
  - (D) a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
  - (E) o devedor, antes da escolha, não poderá alegar perda ou deterioração da coisa, salvo na ocorrência de caso fortuito ou força maior.
67. José e Maria, casados sob o regime da separação obrigatória de bens, faleceram em um acidente de veículo, sem que se pudesse precisar qual deles morreu primeiro. Em razão do mesmo acidente, horas depois, faleceu o filho de ambos, Antonio, com um ano de idade. Maria não tinha ascendentes, nem descendentes, mas tinha um irmão, Joaquim. José possui somente pai vivo – João – e não tinha outros descendentes. Cada um dos cônjuges possuía bens no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Considerando-se que a alíquota do imposto de transmissão *causa mortis* é de 4%, sem qualquer dedução, o Estado arrecadará nas sucessões abertas o total de
- (A) R\$ 40.000,00, sendo o patrimônio dividido entre Joaquim e João.
  - (B) R\$ 40.000,00, sendo no final o patrimônio adjudicado a Joaquim.
  - (C) R\$ 80.000,00, sendo o patrimônio dividido entre Joaquim e João.
  - (D) R\$ 160.000,00, sendo o patrimônio dividido entre Joaquim e João.
  - (E) R\$ 160.000,00, sendo no final o patrimônio adjudicado a João.
68. Para a cessão de quinhão hereditário a terceiro que não seja herdeiro
- (A) é necessária escritura pública, ainda que a herança se constitua apenas de bens móveis.
  - (B) não é necessária escritura pública, ainda que a herança seja constituída de bens móveis e imóveis.
  - (C) é necessária escritura pública apenas se a herança se constituir de bens imóveis.
  - (D) é necessária escritura pública no tocante aos bens imóveis, podendo a parte correspondente aos bens móveis ceder-se por instrumento particular.
  - (E) é necessário termo nos autos, para ratificar a escritura pública ou o instrumento particular pelo qual o negócio foi realizado.



**Direito Processual Civil**

69. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem cronológica de apresentação dos precatórios,

- (A) sem qualquer exceção, e não gozam de qualquer preferência os portadores de doença grave e idosos, que apenas têm direito à prioridade de tramitação do processo nas fases de conhecimento e de execução.
- (B) mas os débitos de natureza alimentícia e aqueles de que são credores pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data da expedição do precatório, ou portadores de doenças graves, definidos na forma da lei, gozam de preferências autorizadas pela Constituição Federal.
- (C) excluindo-se dessa regra os pagamentos de obrigações definidas em lei, como de pequeno valor, o qual será idêntico para todas as pessoas jurídicas públicas.
- (D) excluindo-se dessa regra apenas os titulares que forem completando 60 (sessenta) anos de idade, os quais, imediatamente, de ofício ou a seu requerimento, passarão a gozar de preferência prevista na Constituição Federal.
- (E) excluindo-se dessa regra somente os débitos de natureza alimentícia considerados de pequeno valor, o qual poderá ser variável para as diversas pessoas jurídicas públicas.

70. No processo civil, o arresto e o sequestro são cabíveis, respectivamente, no primeiro caso,

- (A) de bens móveis ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixa ou danificações; e, no segundo caso, quando o devedor, que possui bens de raiz, intenta aliená-los ou hipotecá-los, sem ficar com os necessários para saldar a dívida.
- (B) de frutos e rendimentos de imóvel reivindicado, se o réu, depois de condenado por sentença ainda sujeita a recurso, os dissipe; e, no segundo caso, quando o devedor que tem domicílio certo ausenta-se ou tenta ausentar-se furtivamente.
- (C) quando o devedor, sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado; e, no segundo caso, quando for disputada a propriedade ou a posse de bens móveis, semoventes ou imóveis, havendo fundado receio de rixa ou danificações.
- (D) dos bens do casal em ação de divórcio; e, no segundo caso, quando o devedor, que tem domicílio certo, se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente.
- (E) apenas para conversão em penhora, quando o devedor não for encontrado; e, no segundo caso, nos casos em que o arresto é cabível, mas não possui o credor prova literal de dívida líquida e certa.

71. Na ação popular, a pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto de impugnação,

- (A) deverá requerer sua habilitação como assistente do autor popular ou dos réus, conforme seja de seu interesse aderir à impugnação ou contrariá-la.
- (B) terá de defender o ato impugnado ou abster-se de contestar, porque ao Ministério Público já é vedado assumir a defesa de ato impugnado.
- (C) não poderá abster-se de contestar o pedido, sob pena de responsabilidade administrativa de seu representante, mas poderá atuar ao lado do autor.
- (D) não poderá abster-se de contestar o pedido, nem atuar ao lado do autor popular.
- (E) poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo de seu representante legal.

72. Na ação civil pública,

- (A) o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará facultativamente como fiscal da lei.
- (B) os órgãos públicos, legitimados a propô-la, exceto o Ministério Público, poderão tomar dos interessados, mediante cominações, compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, que terá eficácia de título executivo judicial ou extrajudicial, conforme se dê judicial ou extrajudicialmente.
- (C) as pessoas jurídicas públicas não poderão ocupar o polo ativo.
- (D) os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados poderão formar litisconsórcio facultativo na defesa dos bens e direitos de valor artístico, estético e histórico.
- (E) somente o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada a propô-la.

73. Na execução por quantia certa contra devedor solvente, fundada em título extrajudicial, o executado será citado para

- (A) efetuar o pagamento da dívida, no prazo de três dias, mas poderá opor embargos no prazo de quinze dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, desde que garantido o juízo por penhora ou depósito.
- (B) efetuar o pagamento da dívida, no prazo de três dias, mas poderá opor embargos no prazo de quinze dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de garantia do juízo.
- (C) pagar a dívida no prazo de vinte e quatro (24) horas, sob pena de penhora, da qual, uma vez efetivada, será intimado para opor embargos, no prazo de dez dias, contados da intimação.
- (D) pagar a dívida no prazo de dez dias, contados da juntada do mandado de intimação devidamente cumprido.
- (E) pagar a dívida ou nomear bens à penhora e, no prazo de cinco dias, uma vez garantido o juízo, poderá opor embargos no prazo de quinze dias, contados da intimação da penhora.



74. Na ação de desapropriação, a citação

- (A) far-se-á por mandado na pessoa do proprietário dos bens; a do marido dispensa a da mulher; a de um sócio, ou administrador, a dos demais, quando o bem pertencer a sociedade; a do administrador da coisa no caso de condomínio, exceto o de edifício de apartamentos constituindo cada um propriedade autônoma, a dos demais condôminos e a do inventariante, e, se não houver, a do cônjuge, herdeiro, ou legatário, detentor da herança, a dos demais interessados, quando o bem pertencer a espólio.
- (B) far-se-á pelo correio, salvo se o expropriado residir em outra comarca; a do marido dispensa a da mulher; a de um sócio, ou administrador, a dos demais, quando o bem pertencer a sociedade; a do administrador da coisa, no caso de condomínio, exceto o de edifício de apartamento constituindo cada um propriedade autônoma, a dos demais condôminos e a do inventariante, e, se não houver, a do cônjuge, herdeiro, ou legatário, detentor da herança, a dos demais interessados, quando o bem pertencer a espólio.
- (C) com hora certa não é admissível.
- (D) por edital só será admissível se o expropriado residir no estrangeiro e o país não cumprir a carta rogatória, valendo, porém, em qualquer circunstância, a citação, pelo correio, se a carta chegar no local onde se encontra o bem expropriado.
- (E) far-se-á por mandado, na pessoa do proprietário do bem, salvo a da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, que será citada pelo correio e a dos réus não conhecidos, que se fará por edital, sendo que os réus residentes em outra comarca ou outro país serão citados, necessariamente, por carta precatória e por carta rogatória, respectivamente.

75. Na audiência, de acordo com o Código de Processo Civil, as provas serão produzidas na seguinte ordem:

- (A) o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu serão inquiridas, o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu.
- (B) o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu, o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos e serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- (C) o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu e serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- (D) o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu e serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo réu e pelo autor.
- (E) as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu serão inquiridas, o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu e o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos.

### Direito Previdenciário

76. Nos termos da Lei Estadual nº 7.249, de 07 de janeiro de 1998, do Estado da Bahia, é correto afirmar que

- (A) considera-se dependente econômico, para os fins da referida Lei, a pessoa que tenha suas necessidades básicas integralmente atendidas pelo segurado, independentemente de possuir rendimentos próprios ou bens.
- (B) o dispositivo legal que trata da dependência econômica considera companheira a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado solteiro, viúvo, separado judicialmente, comprovadamente separado de fato ou divorciado, ainda que este preste alimentos ao ex-cônjuge, e desde que resulte comprovada vida em comum.
- (C) a dependência econômica é presumida para o cônjuge ou o companheiro; para os filhos solteiros, desde que civilmente menores; e para os filhos solteiros inválidos, de qualquer idade.
- (D) a qualidade de segurado dos pensionistas decorre do protocolo do requerimento do benefício.
- (E) a pensão será devida aos dependentes, desde o óbito do segurado obrigatório sob cuja dependência viverem, desde que o requerimento seja apresentado até 60 dias do óbito.

77. De acordo com a Lei Estadual nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, do Estado da Bahia, é INCORRETO afirmar que permanece filiado ao RPPS – Regime Próprio da Previdência Social, na qualidade de segurado, o servidor ativo titular de cargo efetivo que estiver

- (A) cedido, com ônus ou sem ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da Administração direta e indireta do próprio ou outro ente federativo.
- (B) afastado ou licenciado, temporariamente, do cargo efetivo, sem recebimento de subsídio ou remuneração do Estado, observado o disposto no artigo 80 da própria lei estadual.
- (C) investido em mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.
- (D) no exercício de cargos de provimento definitivo nos órgãos e entidades dos Poderes do Estado.
- (E) em disponibilidade remunerada, nos termos do § 3º, do artigo 41, da Constituição Federal.

78. São princípios constitucionais da Seguridade Social:

- (A) universalidade do atendimento; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (B) diversidade da base de financiamento; contrapartida e centralização da administração.
- (C) universalidade da cobertura; formalismo procedimental e irredutibilidade do valor dos benefícios e serviços.
- (D) uniformidade e equivalência dos benefícios às populações urbanas e rurais; unicidade da base de financiamento e irredutibilidade do valor dos serviços.
- (E) equidade na forma de participação do custeio; incapacidade contributiva e diversidade de atendimento.





<p>79. Segundo as regras do Regime Geral da Previdência Social, o benefício da aposentadoria por invalidez é benefício</p> <p>(A) programado; reclama carência e não permite a volta ao trabalho durante seu gozo.</p> <p>(B) não programado; não reclama carência e permite trabalho concomitante com o recebimento, dentro das possibilidades do segurado.</p> <p>(C) não programado; reclama carência, exceto se decorrente de acidente de trabalho; substitui os salários e não permite o retorno ao trabalho, durante sua concessão.</p> <p>(D) não programado; reclama carência, inclusive se decorrente de acidente de trabalho; substitui os salários e não permite o retorno ao trabalho durante sua concessão.</p> <p>(E) programado; reclama carência, exceto se decorrente de acidente de trabalho e permite trabalho concomitante com o recebimento, dentro dos limites impostos pelo perito do INSS.</p>	<p>82. Na sociedade personificada,</p> <p>(A) a constituição é feita por meio de contrato, verbal ou escrito, particular ou público, a ser oportunamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.</p> <p>(B) o sócio pode ser livremente substituído no exercício de suas funções.</p> <p>(C) as obrigações dos sócios, como regra, começam com a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.</p> <p>(D) o sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção e pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.</p> <p>(E) o sócio, cuja contribuição consista em serviços, pode empregar-se livremente em atividades estranhas à sociedade de que faça parte.</p>
<p>80. Conforme o Regime Geral da Previdência Social, o auxílio doença é benefício de pagamento</p> <p>(A) descontinuado, permanente, não reeditável, de risco imprevisível e assemelhado à aposentadoria por invalidez.</p> <p>(B) continuado, permanente, reeditável, de risco previsível e assemelhado à aposentadoria por invalidez.</p> <p>(C) descontinuado, temporário, reeditável, de risco imprevisível e assemelhado à aposentadoria especial.</p> <p>(D) continuado, temporário, não reeditável, de risco previsível e assemelhado à aposentadoria especial.</p> <p>(E) continuado, temporário, reeditável, de risco imprevisível e assemelhado à aposentadoria por invalidez.</p>	<p>83. Os contratos empresariais</p> <p>(A) de prestação de serviço não admitem convencionar por mais de quatro anos, embora tenham por causa o pagamento de dívida do prestador ou se destinem à execução de certa e determinada obra.</p> <p>(B) não estão vinculados à função social do contrato.</p> <p>(C) válidos são os contratos típicos, vedada a celebração de contratos atípicos.</p> <p>(D) são mero protocolo de intenções, como regra, não obrigando efetivamente o proponente.</p> <p>(E) de compra e venda entre empresas só podem ter como objeto coisa atual, defeso que se contrate sobre coisa futura.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Empresarial</b></p> <p>81. É correto afirmar:</p> <p>(A) A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade só poderá ocorrer se a empresa encontrar-se em atividade e sem decretação do estado falencial.</p> <p>(B) A responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida será apurada no juízo da falência, desde que após realizado o ativo e provada sua insuficiência para cobrir o passivo.</p> <p>(C) Os administradores nas sociedades anônimas são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, ainda que estatutariamente tais deveres não caibam a todos eles.</p> <p>(D) Cada sócio na sociedade limitada tem responsabilidade restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social.</p> <p>(E) Os bens sociais nas sociedades não personificadas respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, sem ressalva ou limitação possível.</p>	<p>84. É correto afirmar:</p> <p>(A) O impedimento legal quanto à capacidade civil não obsta o exercício pessoal da atividade empresarial.</p> <p>(B) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, mesmo que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, a não ser que o exercício da profissão constitua elemento de empresa.</p> <p>(C) É facultativa a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.</p> <p>(D) Não haverá tratamento legal favorecido ou diferenciado a qualquer empresário em face de sua envergadura ou pela natureza de suas atividades.</p> <p>(E) É considerado empresário quem exerce profissionalmente atividade, econômica ou não, organizada para a produção, criação ou circulação de bens ou de serviços.</p>



<p>85. Em relação ao estabelecimento empresarial,</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) se não tiver caráter pessoal, sua transferência importa sempre a subrogação do adquirente nos contratos estipulados para sua exploração.</li><li>(B) seu adquirente não responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, contabilizados ou não.</li><li>(C) se não houver autorização expressa, o alienante não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.</li><li>(D) o contrato que tenha por objeto sua alienação, seu usufruto ou seu arrendamento, produz efeitos imediatos, a partir de sua celebração.</li><li>(E) uma vez transferido, a cessão dos créditos não produzirá qualquer efeito em relação aos devedores respectivos.</li></ul>	<p>88. O artigo 10 da Lei nº 7.783, de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, arrola os serviços ou atividades essenciais, indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, cuja prestação deve ser garantida. NÃO se enquadram nos limites do mencionado rol:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) processamento de dados ligados a serviços essenciais e serviços de educação voltados ao Ensino Fundamental.</li><li>(B) produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis.</li><li>(C) transporte coletivo, controle de tráfego aéreo e assistência médica e hospitalar.</li><li>(D) compensação bancária, distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos.</li><li>(E) tratamento e abastecimento de água, serviços funerários e de telecomunicações.</li></ul>
<p style="text-align: center;"><b>Direito do Trabalho</b></p> <p>86. No que diz respeito ao entendimento sumulado do TST sobre os servidores públicos, é INCORRETO afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º.</li><li>(B) O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.</li><li>(C) A estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988 não é garantida ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público.</li><li>(D) A gratificação natalina, instituída pela Lei nº 4.090, de 13.07.1962, é devida pela empresa cessionária ao servidor público cedido enquanto durar a cessão.</li><li>(E) A verificação do respeito ao direito ao salário-mínimo se apura pelo confronto isolado do salário-base com o mínimo legal.</li></ul>	<p>89. No que diz respeito à orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho sobre a responsabilidade pelos direitos trabalhistas, em caso de criação de novo município, por desmembramento,</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) apenas a nova entidade responsabiliza-se, independentemente dos períodos trabalhados em cada um dos municípios, ressalvado o período de 2 anos posterior à data do desmembramento.</li><li>(B) apenas a entidade original responsabiliza-se, independentemente dos períodos trabalhados em cada um dos municípios.</li><li>(C) cada uma das novas entidades responsabiliza-se em relação ao período em que figurarem como real empregador.</li><li>(D) cada uma das novas entidades responsabiliza-se pelos direitos trabalhistas do empregado em relação a todo o período de duração do contrato de trabalho.</li><li>(E) apenas a nova entidade responsabiliza-se, independentemente dos períodos trabalhados em cada um dos municípios.</li></ul>
<p>87. A equiparação salarial</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) fica caracterizada sempre que houver identidade ou analogia funcional, nos moldes consagrados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).</li><li>(B) é vedada, qualquer que seja sua natureza, pelo art. 37, inciso XIII, da CF/88, para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, ainda que a contratação seja pelo regime celetista.</li><li>(C) só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, em cargos de idêntica denominação.</li><li>(D) exige que postulante e paradigma trabalhem na mesma localidade, conceito interpretado pelo TST segundo o critério restrito, pelo qual só há direito à equiparação se os trabalhadores prestarem serviços na mesma cidade.</li><li>(E) tem como requisito o trabalho de igual valor, considerado este o realizado com igual produtividade e perfeição técnica, entre pessoas cujo tempo de serviço não seja superior a três anos.</li></ul>	<p>90. No que diz respeito aos dispositivos legais que disciplinam o trabalho noturno, é correto afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) O trabalho noturno urbano, salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 25%.</li><li>(B) A hora do trabalho noturno será computada como de cinquenta e dois minutos e quarenta segundos.</li><li>(C) Considera-se trabalho noturno o executado entre as vinte e uma horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte, no meio urbano.</li><li>(D) Considera-se trabalho noturno o executado entre as vinte e uma horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte, na lavoura.</li><li>(E) Considera-se trabalho noturno o executado entre as vinte e uma horas de um dia e as quatro horas do dia seguinte, na pecuária.</li></ul>



**Direito Ambiental**

91. A sujeição de determinadas atividades ao licenciamento ambiental é tida como manifestação do poder de polícia voltada à proteção do meio ambiente porque
- (A) a outorga de licença é ato de império da Administração, de caráter discricionário e não sujeito a controle jurisdicional.
- (B) a ausência do licenciamento, quando devido, implica a prática de crime ambiental, passível de persecução por órgãos policiais.
- (C) existe, no curso do licenciamento, a possibilidade de negociação e concertação entre o interesse público e o particular, de modo que em certos casos possa haver o afastamento da supremacia do primeiro.
- (D) se trata do condicionamento do exercício de direitos individuais por razões de interesse público, o que corresponde à definição do poder de polícia administrativa.
- (E) é instituto disciplinado pela Constituição e pelas leis estaduais, voltado à atividade da Administração Pública.

92. No que diz respeito à forma de constituição, as áreas de preservação permanente
- (A) e das unidades de conservação são necessariamente criadas por ato do poder executivo.
- (B) e das unidades de conservação são necessariamente criadas por ato do poder legislativo.
- (C) são sempre criadas por lei, ao passo que as unidades de conservação são sempre criadas por ato administrativo.
- (D) são criadas por ato do poder executivo mediante prévia autorização legislativa, ao passo que as unidades de conservação podem ser criadas diretamente por lei.
- (E) podem ser criadas por previsão legislativa genérica, enquanto as unidades de conservação dependem de ato concreto do poder público.

93. Dentre os instrumentos de proteção do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, NÃO se inclui
- (A) a indicação de origem do conhecimento tradicional em publicações de caráter científico.
- (B) a aprovação do uso do conhecimento tradicional pelo Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS.
- (C) o direito à percepção de *royalties* ou qualquer outra remuneração pela exploração econômica do conhecimento tradicional por terceiros.
- (D) a extensão da proteção jurídica a toda a comunidade indígena ou local, ainda que apenas um membro da comunidade seja detentor do conhecimento tradicional.
- (E) o direito de impedir a utilização não autorizada do conhecimento tradicional.

94. Considere as afirmações abaixo, a respeito do estudo de impacto ambiental (EIA):

- I. O estudo de impacto ambiental é obrigatório em qualquer hipótese de realização de obra ou atividade que cause risco de dano ambiental, independentemente de sua magnitude.
- II. O diagnóstico ambiental da área de influência do projeto e a definição de medidas mitigadoras dos eventuais impactos negativos estão entre os elementos obrigatórios do estudo de impacto ambiental.
- III. O órgão ambiental licenciador não está obrigado a aceitar as conclusões do estudo de impacto ambiental e poderá solicitar esclarecimentos e complementações.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

95. A sanção de multa diária, aplicável às infrações administrativas ambientais,

- (A) é cabível quando o cometimento da infração se prolongar no tempo.
- (B) depende da prévia e progressiva aplicação da sanção de multa simples.
- (C) depende de prévia cominação legal, específica para cada tipo administrativo punível.
- (D) exclui a aplicação de outras sanções de caráter administrativo.
- (E) incide naquelas infrações de menor lesividade.

**Legislação Institucional do TCM/BA**

96. Em denúncia perante o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, NÃO
- (A) é condição obrigatória para seu conhecimento conter cópia do documento da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.
- (B) haverá punição ao denunciante na esfera administrativa, em razão do direito constitucional da liberdade de expressão.
- (C) haverá fase com tratamento sigiloso.
- (D) poderá a denúncia ser formulada por partidos políticos, para impedir conflito de competência com o Tribunal Regional Eleitoral.
- (E) há anonimato, salvo nos casos previstos em lei.



97. O cargo de Coordenador Especial é vinculado diretamente ao
- (A) Tribunal Pleno, tem provimento temporário e pode ser provido exclusivamente por Auditor Substituto de Conselheiro.
  - (B) Tribunal Pleno, tem provimento temporário e pode ser provido por qualquer servidor do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.
  - (C) Tribunal Pleno, tem provimento efetivo e pode ser provido exclusivamente por Auditor Substituto de Conselheiro.
  - (D) Gabinete da Presidência, tem provimento temporário e pode ser provido exclusivamente por Auditor Substituto de Conselheiro.
  - (E) Gabinete da Presidência, tem provimento efetivo e pode ser provido por qualquer servidor do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.
98. Compete ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, conforme disposto na sua Lei Orgânica,
- (A) julgar as contas prestadas anualmente pelos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais.
  - (B) apreciar, mediante parecer prévio, as contas dos responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e autarquias.
  - (C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título e sem exceção.
  - (D) realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, orçamentária, operacional, patrimonial e relativas ao meio ambiente, inclusive as requeridas pelo Poder Legislativo Municipal.
  - (E) julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, transferências para a reserva, reformas e pensões, excluídas as melhorias posteriores.
99. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, são órgãos de apreciação e julgamento, além do Tribunal Pleno,
- (A) as Câmaras e o Julgador Singular.
  - (B) as Câmaras.
  - (C) as Câmaras e a Corregedoria.
  - (D) a Presidência e a Corregedoria.
  - (E) a Presidência e as Câmaras.
100. Sobre a Ouvidoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia é correto afirmar que
- (A) serão levadas ao conhecimento do Tribunal Pleno as solicitações que impliquem considerações políticas.
  - (B) pode ser investido no cargo de Ouvidor qualquer servidor.
  - (C) é facultado ao cidadão apresentar sua demanda de modo anônimo.
  - (D) tem competência para apreciar qualquer solicitação de informações no que diz respeito aos atos administrativos praticados por entidades da administração municipal e estadual direta e indireta.
  - (E) serão registradas eletronicamente apenas as demandas encaminhadas com identificação da autoria.